

“Comandos paragramaticais”: entrave ou auxílio no ensino de língua portuguesa?

Sérgio Paulo Gomes de Vasconcelos (UERJ e PUC-Rio)

Há alguns anos somos afetados por aquilo que Arnaldo Niskier definiu como uma “saudável epidemia”: uma série de consultórios de língua portuguesa em jornais, TVs, rádios, Internet, telefone, etc, e uma grande busca do público por informações acerca de um “falar e escrever corretos”.

Ora, os consultórios de língua portuguesa não são recentes. Segundo o Professor Cláudio Cezar Henriques, eles já eram presentes em revistas acadêmicas.

Dois periódicos de maior prestígio da história de nossa bibliografia acadêmica, a *Revista de Língua Portuguesa*, dirigida por Laudelino Freire, e a *Revista Filológica*, dirigida por Rui Almeida, tinham sessões regulares de consultas, e os encarregados de a elas responder eram, entre outros, Mário Barreto, Clóvis Monteiro, José Oiticica, Cândido Jucá (filho), Júlio Nogueira, Carlos Góis, Otoniel Mota e José de Sá Nunes. Um desses consultores, Mário Barreto, foi durante praticamente toda sua carreira um consultor gramatical, e os livros que publicou são compilações de suas colunas de respostas aos leitores, inclusive as que ele mantinha em jornais. [p. 181]

Assim, é justo crer que sua contribuição pode ser vista de modo positivo para a sociedade. O mesmo Professor Pasquale que faz as suas, como ele mesmo chama, “batatadas” em uma semana e as corrige na outra, também presta um serviço público quando escreve uma

coluna tal qual a que foi publicada no Dia das Mães de 14 de maio de 2000. Nela, ele faz citações de Olavo Bilac, Caetano Veloso, Fernando Pessoa e Caldas Aulete. De fato, esta coluna é uma jóia rara.

Mas em geral, analisando os chamados “comandos paragramaticais” concluímos que eles contribuem para o empobrecimento da língua e, ao contrário do que propõem, dificultam o seu conhecimento.

Mas de onde surgiu tal nome e por que chegamos a tais conclusões?

O termo “comandos paragramaticais” foi cunhado por Marcos Bagno em seu livro *Preconceito Lingüístico*: “É todo esse arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROMs, “consultórios gramaticais” por telefone e por aí afora...” [p. 76]

Nosso interesse por este tema começou com um livro intitulado *Manual padrão para redações: com português bem português*, escrito pelo jornalista Nailson Gondim. O livro é uma coletânea de verbetes que ele, com sua experiência de homem de imprensa, acha que deve ou não ser utilizado para **todo tipo** de redação. Ele não segue qualquer critério gramatical, filológico, lingüístico, etmológico, histórico ou qualquer outro. Simplesmente segue noções gramaticais sem questionar as próprias transformações lingüísticas que as gramáticas abonam e coloca suas opiniões particulares. Analisemos um comentário do Sr. Gondim.

Acostamento – Atenção: não é esta a palavra para designar a

parte contígua à pista de uma estrada, à margem de uma estrada: local que o pedestre trafega numa pista rodoviária. O correto é acostadouro. Note que acostamento é o ato ou efeito de acostar (encostar) e acostadouro, o lugar em que se acosta. São os sufixos que determinam a derivação das palavras (douro equivale a “lugar da ação” e -mento, “ação ou resultado da ação”). Logo, não se pode dizer “Foi multado ao realizar o acostamento do carro no acostamento”, mas “Foi multado ao realizar o acostamento do carro no acostadouro.”

Portanto, use acostadouro quando se referir ao lugar destinado à parada de veículos: (...) “Muitos motoristas faziam o acostamento (ou encostamento) sem sinalizar que se dirigiam ao acostadouro.”

Nota – Observe que o lugar público é logradouro, cuja acepção também exprime “o que é ou pode ser logrado, aproveitado, desfrutado por alguém”, e logramento é o ato ou efeito de lograr. Mais: nascedouro é o lugar onde se nasce e nascimento é o ato de nascer. (...) encostadouro/encostamento, atracadouro/atracamento, lavadouro/lavamento, etc.

Em tempo – Diz-se estacionamento, armamento, alojamento, acampamento, fardamento, porque o sufixo “-mento” expressa ainda idéia de noção coletiva, de agrupamento: denota sentido de coleção. Daí a distinção: estacionamento é lugar, mas lugar de agrupamento; da mesma forma que armamento é lugar de depósito de arma; alojamento é o efeito de acomodar, hospedar, em grupo; acampamento é o efeito da permanência em grupo; fardamento é o lugar de exposição do conjunto de fardas.

Obs.: Essa norma não consta das gramáticas. [p. 46]

O Sr. Gondim é muito feliz ao dizer que “esta norma não consta das gramáticas”. Diversas normas que ele estabelece em seu manual não constam das gramáticas, pois a língua é viva e tem suas idiossincrasias.

O sufixo “-ista”, por exemplo, é muito utilizado para profissões intelectualizadas ou ligadas às artes, como artista, cientista, pianista, desenhista, cartunista, etc. Mas, ao mesmo tempo, temos ascensorista e motorista, profissões não tão qualificadas.

O que fazer então? Profissões menos qualificadas como pedreiro, carpinteiro, marceneiro, cozinheiro, todas elas são terminadas em sufixo “-eiro”. A solução seria escrever **ascensoreiro**, uma vez que esta última também não é uma profissão tão qualificada?

Como já foi dito, são idiossincrasias da língua. ‘Pode um guia cego guiar outro cego?’

Um outro exemplo dos “comandos paragramaticais” se faz presente nos manuais de estilo dos jornais. Eles lidam com a língua de um modo absoluto e único, deixando pouco ou nenhum espaço para variações. Esta posição visa à unificação dos padrões de linguagem do jornal e talvez até seja possível aceitar essa postura pragmática dos órgãos de imprensa. É mais do que natural que empresas estabeleçam normas internas que visem a fortalecer seus padrões internos e criem-lhe uma imagem de excelência perante o público consumidor. Ocorre porém que, quando os manuais unificam arbitrariamente as normas da língua portuguesa – instrumento de tessitura

da notícia, seu objeto de trabalho – estão se contrapondo às liberdades dos falantes e usuários da língua e difundindo uma visão autoritária e despótica acerca dos usos lingüísticos.

Tal posição, a nosso ver, caracteriza uma atitude de discriminação social, pois no momento em que os manuais elegem uma forma em lugar de outra(s) igualmente correta(s) do ponto de vista das gramáticas tradicionais, os leitores que porventura façam uso de outra forma igualmente correta tenderão a achar que suas opções estão erradas e se sentirão lingüisticamente inferiorizados. Assim, há a possibilidade de que abandonem sua forma de expressão usual e adotem a estabelecida pelo jornal, na crença de que ela é a única correta ou, pelo menos, a “melhor”. Veja o que o Pasquale Cipro Neto, a quem ficou designada a tarefa de reeditar o Manual da Folha de São Paulo expressa em uma de suas colunas dominicais.

Sabe-se que o verbo “ter”, com o sentido de “existir”, vem sendo usado à larga e recebe aprovação dos gênios da língua. Mas como deverá ser feita a concordância do verbo quando usado com esse significado? Invariável (...) ou flexionado?

Caro Francisco, esse uso de “ter” (...) causa discussões. (...) Quase todos os dicionários insistem em ignorá-lo. (...) [Neste exemplo], o Aurélio grafa “tem”, sem acento, ou seja, no singular, o que me parece mais cabível. Fico, portanto, com o uso à semelhança de “haver”, invariável. (...) Mas é bom deixar claro que esse uso não encontra registro no texto formal culto. [O Globo, 08/04/01, p. 25]

Ora, se há mais de uma possibilidade para o uso, por que não

dizer isso para o leitor? Por que não informar-lhe dessa possibilidade e dar-lhe esta liberdade de escolha? Ao ler a coluna do Professor Pasquale, um leitor que já está utilizando uma forma, pode deixar de utilizá-la apenas por que leu na coluna que o Professor não a achava a “melhor” forma.

Nota-se, então, um preconceito velado por trás da linguagem dos jornais. E não é exagero falar em preconceito aqui. Há um forte conteúdo ideológico por trás de todo o aparato noticioso de um grande jornal. “Na RBS, instruções internas informam aos jornalistas que o jornal apóia decididamente a privatização e a globalização...” [www.jornalismo.cce.ufsc.br/gratex2.html]

Assim, é correto dizer que os “comandos paragramaticais” são mais taxativos e doutrinadores que as gramáticas tradicionais, acusadas de serem taxativas e doutrinadoras. Enquanto estas aceitam, quando é o caso, dois ou mais usos para um mesmo fato da língua, eles – por sua própria natureza – estabelecem uma univocidade perigosa e inadmissível.

No que diz respeito à adoção de um único uso de língua em detrimento de outro, retomamos a nova edição do *Manual da Folha de São Paulo*, cujo capítulo dedicado à língua portuguesa, como já dissemos, foi redigido pelo Professor Pasquale Cipro Neto. A penúltima versão desse manual apresentava as formas onde a tradição gramatical admitia variações de construção e se posicionava a favor de apenas uma. A nova versão preferiu “apagar” qualquer menção de outra possibilidade, adotando a linha do “pensamento único” sobre as

questões de língua portuguesa. Em outros casos, os manuais adotam linhas de pensamento contraditórias. Vejamos o que o Professor Henriques diz a esse respeito:

O verbete é acentuação gráfica. O texto é:

ACENTUAÇÃO – a *Folha* segue as normas de acentuação vigentes no Brasil

Segue? Pelo que se lê adiante, não: a *Folha* decretou a extinção do trema e mudou a regra das paroxítonas:

TREMA – a *Folha* não usa esse sinal, exceto na grafia de nomes próprios e de palavras estrangeiras (como *naïf*)

REGRAS – (...) não acentue as paroxítonas terminadas em NOS: protons. [p. 177]

A explicação para a ausência do trema na *Folha* de São Paulo diz respeito a um software antigo de edição de texto utilizado pelo jornal, que não dispunha do sinal gráfico. Quando houve a renovação do software, ocorreu uma reunião e nela foi votada a volta ou não do trema. A maioria achou que a ausência do trema era uma “marca” da *Folha* de São Paulo e optou por ignorar o sinal gráfico, em detrimento das regras gramaticais. Será que isso contribui para o enriquecimento do conhecimento de língua portuguesa por parte dos leitores do jornal e será que contribui para o ensino e aprendizagem quando do uso das páginas deste jornal como instrumento de ensino?

Ainda sobre o *Manual da Folha*, é comum que um verbete “polêmico”, mas que constava em edições anteriores, sequer apareça na nova. Eis aí um modo claramente autoritário de lidar com a codi-

ficação da língua.

Ainda sobre esta codificação, também não podemos deixar de frisar a posição assumida por esses guias de linguagem, especialmente o *Manual do Estado*. Referimo-nos a sua vocação de autoproclamado substituto da gramática, posição que atende a dois interesses básicos: o do benefício financeiro (o rendimento de lucros diretos e indiretos obtidos com sua publicação) e o da vaidade pessoal (a arbitragem autoritária dos usos de uma língua estabelecidos pelo próprio legislador). No entanto, suas normas são desobedecidas, pois não acompanham a evolução natural da língua. Sua intenção é literalmente ser uma “camisa de força” para os jornalistas. Mais uma vez citamos Henriques:

Vejam as explicações sobre a regência dos verbos "difundir" e "divulgar".

O autor repete os ensinamentos dos dicionários de regência e informa sobre os verbos "difundir" e "divulgar": *DIFUNDIR: alguém difunde alguma coisa, mas não difunde que... DIVULGAR: alguém divulga alguma coisa, mas não divulga que...*

No português contemporâneo, esse é o uso predominante, mas a estrutura com a conjunção "que" não pode receber a condenação explicitada nos dois verbetes, já que esses dois verbos transitivos diretos admitem a construção com oração subordinada objetiva direta, como atestam duas notícias publicadas no próprio *Estado de S. Paulo* [grifos meus]:

Sobre as acusações de falta de manutenção, a CPTM **divulgou**

que espera as conclusões da comissão de sindicância. O relatório da comissão de sindicância, segundo Rodrigues, não vai esclarecer as causas. "Os membros da comissão já foram orientados para esquecer essas verdadeiras causas." (*OESP*: 14/09/2000)

A última delas empurrou o PMDB ao apoio à CPI da Corrupção ao **difundir** que o presidente considera inevitável a cassação também do mandato de Jader Barbalho. (*OESP*: 29/04/2001) [p. 177]

Outro aspecto interessante desse assunto que não deve ser desconsiderado diz respeito ao grande destaque que se tem dado à linguagem dos jornais como o exemplo de língua padrão para o Brasil. Em sua *Gramática Descritiva do Português*, o Professor Mário Perini assim se manifesta:

(...) existe uma linguagem padrão utilizada em textos jornalísticos e técnicos (como revistas semanais, jornais, livros didáticos e científicos), linguagem essa que apresenta uma grande uniformidade gramatical, e mesmo estilística, em todo o Brasil. Assim, seria difícil distinguir lingüisticamente o editorial de um jornal de Curitiba do de um jornal de Cuiabá ou São Luís. Igualmente, a linguagem de um livro técnico ou didático publicado em Recife não se distingue da de um livro publicado em São Paulo ou Porto Alegre; os regionalismos não penetram em tais textos. Pode-se concluir que existe um português padrão altamente uniforme no país. (PERINI, 2001, p. 26)

Mas basta que nós reflitamos um pouco acerca do que lemos nas páginas anteriores para que reconheçamos que a linguagem jornalística está contaminada pela influência dos “comandos gramaticais”, representados pelos manuais de estilo dos jornais e também por manuais de redação e/ou estilo publicados por jornalistas,

direcionados a outros jornalistas.

Não é nosso objetivo aqui discutir qual é o texto padrão para o Brasil. Mas podemos dizer com certeza que o texto técnico e a linguagem do jornal não são os únicos textos a serem trabalhados com os alunos, de quaisquer níveis.

Reconhecemos que as gramáticas tradicionais vêm sofrendo profundos ataques de alguns anos para cá. Especialmente após a publicação dos livros do Professor Marcos Bagno, esse ataque se intensificou. (Não nos esqueçamos de que nos valemos de uma expressão cunhada pelo Professor Bagno para criar o título deste trabalho.) Não desejamos, todavia, iniciar aqui uma cruzada em defesa incondicional das gramáticas tradicionais. Reconhecemos que elas precisam mudar e muito. E as modernas contribuições dos estudos lingüísticos têm propiciado sensíveis alterações na descrição dos fatos da língua e no ensino de língua portuguesa nas universidades e, em decorrência disso, nas escolas dos níveis fundamental e médio.

Há, entretanto, uma tradição que não pode deixar de ser observada. Parece estranho que se venha aqui falar de tradição, palavra que, juntamente com “erro”, ganhou sentidos muito negativos nos estudos lingüísticos. Falamos sim da tradição. Ela nos cerca em nossa vida diária, em nossas decisões sobre o que comer, beber, vestir e em muitos outros setores da vida. Assim, muitas “tradições” das gramáticas “tradicionais” não devem ser desconsideradas, e entre estas se podem incluir as referências às abonações extraídas das obras literárias, embora estas não devessem mais ter o caráter de exclusivi-

dade e precisassem ser contrapostas aos exemplos de usos de língua retirados das páginas dos jornais e revistas da atualidade.

Por isso, não é exagero dizer que muita coisa útil é desconsiderada pelos “comandos paragramaticais”, que apenas reproduzem parcial e partidariamente as recomendações das gramáticas tradicionais, do mesmo modo que as dezenas de outros tantos manuais de redação disponíveis no mercado, assumindo às vezes posições cerceadoras.

Este trabalho focalizou também os manuais de estilo e os livros sobre correção de linguagem escritos por jornalistas, individualmente. Diferentemente dos manuais dos jornais, por trás desses manuais não há uma grande empresa com um nome a zelar, diante de um público questionador. Tais manuais têm por trás de si, na maioria das vezes, um profissional com conhecimentos apenas empíricos da língua. Veja o comentário do Professor Bagno no artigo intitulado *Comandos Paragramaticais: o purismo lingüístico nos meios de comunicação*.

Não estamos falando, portanto, do gramático profissional, do filólogo conhecedor da doutrina tradicional e da longa especulação filosófica sobre a linguagem que data pelo menos do século III antes de Cristo. Estamos falando, sim, de gente que ouviu o galo cantar, mas não sabe onde. [p. 67]

E diante de si pessoas curiosas e carentes de respostas às suas dúvidas, as quais sem saber encontrarão mais opressão para fortalecer seus próprios preconceitos.

Não é inoportuno repetir que, mais do que contribuírem para a língua portuguesa, os “comandos paragramaticais” promovem o seu empobrecimento, sendo verdadeiras “camisas-de-força”, como eles mesmos dizem. Por optarem por uma única forma (se há mais de uma possível), criam conseqüências danosas quando consideramos o grande destaque que as páginas jornalísticas têm tido no ensino.

Aliás, foi essa utilização que nos levou a promover este trabalho. Quando observamos a constante reprodução do uso indiscriminado do jornal como paradigma de norma culta, não podemos deixar de concluir que sua presença exclusiva ou majoritária em sala de aula oferece riscos para o ensino. Apesar de o reconhecermos como fonte de elementos para o ensino e para o estudo dos usos do português contemporâneo.

Tomar o jornal como melhor exemplo da língua-padrão é, portanto, uma atitude redutora e esse uso extensivo, indiscriminado e, principalmente, acrítico das páginas do jornal empobrece o ensino. Somos a favor de uma profunda revisão do trabalho que tem sido feito até agora com os jornais em sala de aula e com o apoio dos “comandos paragramaticais”. Somos a favor de que o uso do jornal no ensino seja feito não só para ensinar modelos de como escrever, mas também para demonstrar aos alunos que há outras formas de escrever com características igualmente proveitosas para ajudar na formação de um usuário competente e “poliglota”.

E por fim, especialmente nas faculdades de Comunicação, somos a favor de que aos estudantes seja dada a oportunidade de co-

nhecer e analisar os manuais dos jornais e afins. Que lhes seja dada a oportunidade de conhecer a língua portuguesa com uma visão menos estigmatizada. Que eles não sejam meramente reprodutores das fórmulas que lhes são entregues, mas que saibam criticar o que lhes é imposto.

Referências Bibliográficas

- BAGNO, Marcos. Preconceito lingüístico: o que é, como se faz. 2. ed. rev. aum. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAGNO, Marcos. Comandos paragramaticais: o purismo lingüístico nos meios de comunicação. **In:** AZEREDO, José Carlos de. (Org) Letras e Comunicação: uma parceria no ensino de Língua Portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- GONDIM, Nailson. Manual padrão para redações: com português bem português. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. O padrão escrito contemporâneo: mídia, manuais de redação e adjacências. **In:** AZEREDO, José Carlos de. (Org) Letras e Comunicação: uma parceria no ensino de Língua Portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- LAGE, Nilson. Gramática do texto jornalístico. <<http://www.jornalismo.cce.ufsc.br/gratex2.html>>. Acessado 14 outubro 2005.
- VASCONCELOS, Sérgio Paulo Gomes de. A linguagem jornalística em questão: os manuais de redação e estilo. 2001. 155 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.